

Estado do Rio Grande do Sul

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2022

Prefeitura Municipal de Taquari Edital de Pregão Eletrônico nº 050/2022 Tipo de julgamento: menor valor global

Edital de pregão para a contratação de empresa para prestação de serviços especializados a serem prestados no desenvolvimento institucional com ensino, capacitação e treinamento de profissionais da administração, análise de contingência passíveis de redução e disgnóstico de contribuições nos temas de despesas de pessoal e encargos da administração municipal e repasses constitucionais do município de Taquari/RS.

O MUNICÍPIO DE TAQUARI, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 88.067.780/0001-38, sediado na Rua Osvaldo Aranha, nº 1790, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. André Luis Barcellos Brito, torna público, para conhecimento dos interessados, que às **09horas, do dia 15 de dezembro do ano de 2022**, a Administração Pública estará realizando licitação, sob a modalidade de Pregão Eletrônico, do tipo menor valor global por lote, para a contratação de empresa para prestação de serviços especializados a serem prestados no desenvolvimento institucional com ensino, capacitação e treinamento de profissionais da administração, análise de contingência passíveis de redução e diagnóstico de contribuições nos temas de despesa de pessoal e encargos da administração municipal e repasses constitucionais do município de Taquari/ RS, a ser realizado em sessão pública, conduzido pela Pregoeira e sua nomeados Portaria nº 282/2022, Apoio, pela através www.portaldecompraspublicas.com.br, processando-se essa licitação nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 10.024/2019 e Decreto Municipal nº 1.916/2005, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e, na Lei Complementar 123/2006, e demais legislações aplicáveis, bem como as condições a seguir estabelecidas:

1. DO LOCAL, DATA, HORA E MODELO DE DISPUTA:

- **1.1.** A sessão pública será realizada no site <u>www.portaldecompraspublicas.com.br</u>, no dia **15/12/2022, com início às 9 horas**, horário de Brasília DF.
- **1.2.** Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas através do site, descrito no item 1.1, até às 08h30min do mesmo dia.

1.3. Modelo de Disputa "ABERTO".

1.4. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação, desde que não haja comunicação em contrário, pela pregoeira.

Estado do Rio Grande do Sul

2. DO OBJETO:

2.1. Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa para prestação de serviços especializados a serem prestados no desenvolvimento institucional com ensino, capacitação e treinamento de profissionais da administração, análise de contingência passíveis de redução e diagnóstico de contribuições nos temas de despesa de pessoal e encargos da administração municipal e repasses constitucionais do município de Taquari/RS, nos termos e condições definidos no Termo de Referência, Anexo I do presente edital, que passa a fazer parte integrante do mesmo.

2.2. Dos Serviços:

2.2.1. O proponente terá a responsabilidade de executar os serviços necessários no sentido de promover a redução de despesa de pessoal e contribuições, melhorando as práticas operacionais que propiciam economia de escala para a municipalidade ao longo dos anos, cumprindo as determinações do Termo de Referência, anexo I, do presente edital, principalmente no que se refere a detalhamento, forma e etapas dos serviços (que deverão ser entregues mediante relatórios).

2.3. Demais Disposições:

- **2.3.1.** Toda estrutura, materiais, equipamentos e profissionais devidamente capacacitados e habilitados utilizados na prestação dos serviços descritos no Termo de Referência, anexo I, do presente edital, serão disponibilizados pela empresa Contratada;
- **2.3.2.** Os profissionais deverão apresentar-se no local de trabalho devidamente identificados com crachás da empresa contratada;
- **2.3.3.** A CONTRATADA deverá responsabilizar-se em ressarcir quaisquer danos ou prejuízos que os mesmos, por culpa ou dolo, vierem a causar;
- **2.3.4.** A CONTRATADA fica ciente de que, a qualquer tempo, poderá ser solicitada a substituição dos materiais, equipamentos ou profissionais, no caso do desempenho não corresponder aos serviços contratados pelo Município.

3. DO CREDENCIAMENTO:

- **3.1.** Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.
- **3.2.** O Credenciamento deverá ser feito mediante cadastro do interessado no Portal de Compras Publicas, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP Brasil.
- **3.3.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- **3.4.** É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:
- **3.4.1.** Responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluídos a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



Estado do Rio Grande do Sul

3.4.2. Conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

Obs.: A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

- **3.4.3.** Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- **3.4.4.** Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
- **3.4.5.** Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e
- **3.4.6.** Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO:

- **4.1.** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS.**
- **4.2.** Empresas enquadradas como beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006, nos limites previstos na referida Lei, terão tratamento favorecido, visando ao exercício da preferência previsto nos artigos 42 a 45 da referida lei.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

- **4.3.1.** Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- **4.3.2.** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - **4.3.3.** Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- **4.3.4.** Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
 - **4.3.5.** Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- **4.3.6.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- **4.3.7.** Pessoas físicas e/ou jurídicas, cujos integrantes sejam ou tenham cônjuges ou parentes até o 2º grau, como funcionários do Contratante.

7.8

Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

- **4.3.8.** Empresas suspensas temporariamente de participar em licitação e impedidas de contratar com a Prefeitura Municipal de Taquari, nos termos do artigo 87, inciso III da Lei nº 8.666/93:
- **4.3.9.** Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com os órgãos e entidades da Administração Pública em geral, nos termos do artigo 87, inciso IV da Lei nº 8.666/93.
- **4.4. Como condição para participação no Pregão**, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- **4.4.1.** Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufurir do tratamento favorecido, nos termos estabelecido em seus arts. 42 a 49;
 - **4.4.1.1.** A assinalação do campo "não" não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar nº 123/06.
 - 4.4.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- **4.4.3.** Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- **4.4.4.** Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- **4.4.5.** Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
- **4.4.6.** Que não possui servidor público do município contratante no quadro societário da empresa.
- **4.5.** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

- **5.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrarse-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- **5.2.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- **5.3.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- **5.4.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;



Estado do Rio Grande do Sul

- **5.5.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- **5.6.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

- **6.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- **6.1.1.** Valor Mensal e Total para prestação dos serviços, com estrita observância às condições e especificações constantes no Anexo I Termo de Referência;
- **6.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- **6.3.** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, em algarismos, com no máximo duas casas decimais após a vírgula.
- **6.4.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos serviços.
- **6.5.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- **6.6.** Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.
- **6.7.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (SESSENTA) DIAS,** a contar da data de sua apresentação.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

- **7.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital.
- **7.2.** A pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital ou contenham vícios insanáveis.
 - 7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- **7.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- **7.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- **7.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.



Estado do Rio Grande do Sul

- **7.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a pregoeira e os licitantes.
- **7.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- **7.5.1.** O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste edital.
- **7.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- **7.7.** O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- **7.8.** Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.
- **7.9.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 2%.
- **7.10.** O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- **7.11. MODO DE DISPUTA:** Será adotado para o envio de lances no **pregão eletrônico o modo de disputa "ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- **7.11.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez (10) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois (2) minutos do período de duração da sessão pública.
- **7.11.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois (2) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviado nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- **7.11.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- **7.11.4.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a pregoeira, assessorada pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- **7.12.** Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pela pregoeira.
- **7.13.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



Estado do Rio Grande do Sul

- **7.14.** Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para a pregoeira no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- **7.15.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a dez (10) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro (24) horas da comunicação do fato pela pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- **7.16.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.17. Critério de Desempate:

- **7.17.1.** Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, sendoassegurado, como critério de desempate, a preferência de contratação para as beneficiárias que assim tiverem se declarado.
- **7.17.1.1.** Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance.
- **7.17.1.2.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- **7.17.1.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- **7.17.1.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- **7.17.1.5.** O disposto no item **7.17.1** não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.
- **7.17.2.**Se não houver licitante que atenda ao item **7.17.1** e seus subitens e, havendo eventual empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), serão observados os critérios do art. 3°, §2°, da Lei n° 8.666/1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:
 - **7.17.2.1.** Produzidos no país;
 - 7.17.2.2. Produzidos por empresas brasileiras;
- **7.17.2.3.** Produzidos por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;



Estado do Rio Grande do Sul

- **7.17.2.4.** Produzidos por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- **7.17.3.** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.18. DA NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO:

- **7.18.1.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- **7.18.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- **7.18.3.** A pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02** (**DUAS**) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- **7.18.4.** Após a negociação do preço, a pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

- **8.1.** Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.
- **8.2.** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- **8.2.1.** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- **8.3.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro (24) horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata;
- **8.4.** A pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02** (**duas**) **horas**, sob pena de não aceitação da proposta.
- **8.4.1.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela pregoeira por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela pregoeira.
- **8.5.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.



Estado do Rio Grande do Sul

- **8.6.** Havendo necessidade, a pregoeira suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.
- **8.7.** A pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- **8.7.1.** Também nas hipóteses em que a pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- **8.7.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- **8.9.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO:

- **9.1.**Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS.
- **9.2.** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, quando houver.
- **9.2.1.** É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- **9.2.2.** O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pela pregoeira lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3°, do Decreto 10.024, de 2019.
- **9.3.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.
- **9.4.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- **9.5.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- **9.6.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- **9.6.1.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do



Estado do Rio Grande do Sul

recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8. Habilitação Jurídica:

- **9.8.1.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.8.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada
 EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta
 Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- **9.8.3.** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- **9.8.4.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- **9.8.5.** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembléia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- **9.8.6.** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- **9.8.7.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.9. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- 9.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- **9.9.2.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes do município ou estado sede do licitante, relativo a atividade por este exercida;
- **9.9.3.** Prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional PGFN (Certidão Conjunta Negativa);
- **9.9.4.** Prova de regularidade com a Fazenda <u>Estadual</u> e <u>Municipal</u>, sendo a última do domicílio sede do licitante;
- **9.9.5.** Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular dos encargos sociais instituídos por Lei.
- **9.9.6.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto n° 5.452, de 01/05/1943;

7. *

Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

9.10. Qualificação Ecômico-Financeira:

9.10.1. Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor do Foro da sede da pessoa jurídica, em data não superior a 60 (sessenta) dias da aprazada para o recebimento das propostas.

9.11. Qualificação Técnica:

- **9.11.1.** Registro da empresa e do(s) responsável(is) técnico (s), no conselho competente (Administração), com jurisdição sobre o domicílio da sede do licitante;
- **9.11.2.** Atestados expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado em nome da empresa, comprovando a execução de mesmas características, quantidades e prazos, pertinentes e compatíveis com o objeto do edital, considerando como parcela de maior relevância os estudos sobre despesas de pessoal e encargos, sempre observando o determinado no Termo de Referência, Anexo I, do presente edital.
- **9.11.2.1.** Para fins de avaliação dos atestados será entendido como serviço similar ao objeto do presente edital e seu Termo de Referência, aqueles compativeis e pertinentes em características e quantidades e prazos para o desempenho das atividades.
- **9.11.3.** Declaração expressa, pelo responsável pela licitante, de que dispõe de estrutura física e organizacional, corpo técnico e capacidade de mobilizar recursos humanos qualificados, especialmente instrutores e orientadores, para atendimento do objeto do presente edital.
- **9.12.** A Licitante, **beneficiária da Lei Complementar 123/2006**, que possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal**, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em (05) cinco dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.
- **9.13.** O benefício de que trata o item anterior não eximirá a licitante da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.
- **9.14.** O prazo de que trata o item **9.12.** poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da administração, desde que seja requerido pelo interessado e de forma motivada.
- **9.15.** A não regularização da documentação no prazo fixado implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação ou revogar a licitação.
- **9.16.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a pregoeira suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- **9.17.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- **9.18.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no **PRAZO DE 02** (**DUAS**) **HORAS**, a contar da solicitação da pregoeira no sistema eletrônico e deverá:



Estado do Rio Grande do Sul

- **10.1.1.** Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- **10.1.2.** Conter a razão social, CNPJ, endereço, telefone e e-mail e, ainda, a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- **10.1.3.** Conter o valor mensal para prestação dos serviços, conforme Anexo II Formulário de Proposta Comercial, com estrita observância às condições e especificações constantes no Anexo I T ermo de R eferência;
- **10.1.4.** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, com no máximo duas casas decimais, sendo que, ocorrendo divergência entre entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- **10.2.** A proposta financeira deve conter todos os custos necessários a correta realização dos serviços, incluindo vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que incidam sobre a operação ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros e tudo o mais que se fizer necessário ao cumprimento integral do objeto.
- **10.3.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
 - 10.3.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- **10.4.** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- **10.5.** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- **10.6.** As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

- **11.1.** Declarado o vencedor, ou proclamado o resultado sem que haja um vencedor, será concedido o prazo de no mínimo trinta (30) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- **11.2.** Havendo quem se manifeste, caberá a pregoeira verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- **11.2.1.** Nesse momento a pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- **11.2.2.** A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
 - 11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três (3)



Estado do Rio Grande do Sul

dias consecutivos para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três (3) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

- **11.3.** Interposto o recurso, a pregoeira poderá motivadamente reconsiderar ou manter a sua decisão, sendo que neste caso deverá remeter o recurso para o julgamento da autoridade competente.
- 11.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- **11.5.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

- **12.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:
- **12.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- **12.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1° da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- **12.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- **12.2.1.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

- **13.1.** O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da pregoeira, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- **13.2.** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO:

- **15.1.** Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.
- **15.2.** O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.



Estado do Rio Grande do Sul

- **15.2.1.** Alternativamente a Administração poderá encaminhar o instrumento contratual para assinatura da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico.
- **15.2.2.** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- **15.3.** Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.
- 15.3.1. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

15.4. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

15.4.1. A vigência do contrato, originário do presente certame, será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do mesmo, podendo ser renovado, nos termos do artigo 57, da Lei nº 8.666/93, a critério da Administração.

16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL:

16.1. O preço ajustado pela prestação dos serviços ora contratados não sofrerá alteração.

17. DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

- **17.1.** Em até cinco dias após a assinatura do contrato a Contratada deverá apresentar ao fiscal anuente cópia dos Registros dos Funcionários que prestarão os serviços (ficha ou livro) e a cópia da CTPS dos mesmos e/ou contrato de prestação de serviços por prazo.
- **17.2.** A empresa Contratada deverá fornecer e será responsável por todos os equipamentos necessários a correta realização dos serviços, devendo estar todos de acordo com as normas da ABNT e com as legislações vigentes;
- **17.3.** Todo equipamento que for utilizado nos serviços deverá estar em boas condições, ou seja, não apresentando condições de insegurança para os usuários e para terceiros;
- **17.4.** As despesas referentes à aquisição, fornecimento de máquinas e equipamentos que se fizerem necessários para o desempenho da atividade objeto ora licitado, correrão às expensas da empresa contratada;
- **17.5.** Todos os serviços prestados pela contratada, bem como os relatórios e conclusões apresentados devem cumprir os padrões estabelecidos em normas da ABNT e cumprir as legislações vigentes;
- **17.6.** A contratada deverá alocar todo o pessoal necessário e capacitado para a execução dos serviços, ficando sob sua exclusiva responsabilidade a prática das normas de segurança do trabalho.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:

18.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE:



Estado do Rio Grande do Sul

18.1.1.Efetuar o pagamento ajustado;

- **18.1.2.** Permitir à Contratada pleno acesso ao local de trabalho, bem como todas as condições necessárias para a execução dos serviços ora licitados;
- **18.1.3.** Determinar, através do fiscal anuente do contrato, todas as condições para a execução do contrato, originário do presente certame.

18.2. Constituem obrigações do CONTRATADO:

- **18.2.1.** Prestar os serviços, com pessoal próprio, utilizando profissionais especializados e em número suficiente para o fiel cumprimento do contrato e em estrita observância ao disposto no Termo de Referência, Anexo I do edital;
- **18.2.2.** Responsabilizar-se, independente dos motivos de falta de seus empregados, pela execução de todos os serviços especificados;
- **18.2.3.** Fornecer, para atestado da realização do objeto contratado, relatórios eletrônicos e/ou escritos, que serão entregues na forma e meio acordados ao Fiscal Anuente do contrato;
- **18.2.4.** Responder por qualquer acidente de que possam ser autores ou vítimas seus empregados, bem como terceiros;
- **18.2.5.** Responder pelos danos, dolosos ou culposos, causados pelos seus empregados aos bens da Prefeitura Municipal de Taquari ou de terceiros;
- 18.2.6. Substituir o prestador de serviço alocado, mediante solicitação justificada do município;
- **18.2.7.** Informar para a Secretaria Municipal da Saúde e Meio Ambiente a ocorrência de qualquer fato ou condições que possam atrasar ou impedir a conclusão dos serviços, no todo ou em parte, de acordo com os prazos estabelecidos, indicando as respectivas medidas para corrigir a situação;
- **18.2.8.** A empresa contratada fica proibida de criar ônus, seja por taxas, serviços ou encargos não previstos na legislação e não autorizados expressamente pelo contratante;
- **18.2.9.** Manter em dia o pagamento do salário do pessoal alocado aos serviços, bem como dos respectivos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal, sendo esses de sua inteira responsabilidade;
- **18.2.10.** Manter durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, todas as condições da habilitação e qualificação apresentadas para contratação.

19. DO PAGAMENTO E DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO:

- **19.1.** O pagamento seguirá o determinado no Termo de Referência e será efetuado **de acordo com os valores recuperados**, mediante aprovação e liberação pelo fiscal-anuente do contrato, por intermédio da Tesouraria, mediante a apresentação da nota fiscal/fatura e dos documentos exigidos no item "19.2".
 - **19.1.1.** A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do empenho, do contrato e do processo de origem, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

AQUAR AQUAR

Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

- **19.2.** Para a liberação do pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar:
 - 19.2.1. A nota fiscal dos serviços, visada pelo fiscal anuente do contrato;
 - **19.2.2.** Comprovação de recolhimento do FGTS e RE (relação de empregados), guia de recolhimento da Previdência Social e cópia da Folha de pagamento.
- **19.4.** Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA, ou inadimplência contratual.
- **19.5.** As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

19.5.1. Órgão: 3 – Secretaria Municipal da Administração e Recursos Humanos;

Proj./Atividade: 2010 – Manutenção dos Serviços Expedido Pessoal Protocolo

Assessoria;

Rubrica: 3.3.9.0.39.05.00.00 – Serviços Técnicos Profissionais;

Recurso: 1 – Recurso Livre;

Reduzida: 152 – Manutenção dos Serviços Expedido Pessoal Protocolo Assessoria.

20. DA FISCALIZAÇÃO:

- **20.1.** A gestão do contrato ficará sob a responsabilidade da Secretaria da Administração e Recursos Humanos e da Secretaria da Fazenda, que em conformidade com o art. 67, da Lei 8.666/93, designam, respectivamente, as servidoras Silvana Friedrich da Silva e Giselda Terezinha Santos de Souza, como responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato originário do presente certame.
- **20.2.** Caberá ao fiscalizador do contrato, proceder às anotações das ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou impropriedades observadas.
- **20.3.** A fiscalização é exercida no interesse do Município, não exclui ou reduz a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer irregularidade, inclusive perante terceiros e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Município de Taquari ou de seus agentes e prepostos.
- **20.4.** Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto contratado, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem quaisquer ônus adicionais para o Município de Taquari.
- **20.5.** O Município de Taquari se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as especificações e condições estabelecidas neste Edital e no respectivo contrato.

21. DAS SANCÕES ADMINISTRATIVAS:

- **21.1.** Pelo inadimplemento das obrigações, **na condição de PARTICIPANTE DO PREGÃO**, as licitantes, conforme a infração estarão sujeitas às seguintes penalidades:
- **21.1.1.** Deixar de atender aos requisitos de habilitação: multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
- **21.1.2.** Deixar de apresentar os originais ou cópias autenticadas da documentação de habilitação para fins de assinatura do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;



Estado do Rio Grande do Sul

- **21.1.3.** Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
- **21.2.** Pelo inadimplemento das obrigações, **na condição de CONTRATADA**, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:
- **21.2.1.** Advertência por escrito sempre que verificadas irregularidades, para as quais a **CONTRATADA** tenha concorrido. A advertência será aplicada independente de outras sanções cabíveis, quando houver afastamento das condições contratuais ou especificações estabelecidas.
- **21.2.2.** As penalidades serão aplicadas:
- **21.2.2.1.** Quando houver atraso por culpa da contratada;
- 21.2.2. Quando parar injustificadamente os serviços;
- 21.2.2.3. Quando houver descumprimento das cláusulas contratuais.
- 21.2.3. Sem prejuízo de outras cominações, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes multas:
- **21.2.3.1.** Multa de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, limitado esta a 10 (dez) dias, após o qual será considerada inexecução contratual;
- 21.2.3.2. Multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato;
- **21.2.3.3.** Multa de 10 % (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato.

Observação:

As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

- **21.2.4.** Suspensão do direito de licitar, num prazo de até 02 (dois) anos, dependendo da gravidade ou falta;
- 21.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, dependendo da gravidade ou falta;
- **21.2.6.** Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei;
- **21.2.7**. As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, a critério do **CONTRATANTE**, admitida sua reiteração;
- **21.2.8.** Quando a **CONTRATADA** motivar rescisão contratual, será responsável pelas perdas e danos decorrentes para o **CONTRATANTE**.

21.3. DAS PENALIDADES DO CONTRATANTE:

- **21.3.1.** No caso de atraso imotivado do pagamento do valor ajustado, o **CONTRATANTE** pagará o valor atualizado financeiramente, de acordo com o índice do IGPM.
- **21.4.** Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

T. A

Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

- **22.1. Até 03 (três) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- **22.2.**A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, no site www.portaldecompraspublicas.com.br ou pelo e-mail dep.licitacoes@taquari.rs.gov.br ou, ainda, por petição protocolizada dentro do prazo legal, junto ao Setor de Protocolo do Município de Taquari, RS, endereçados à pregoeira, observados os prazos legais, e deverá vir instruída com cópia do contrato social e, se representada por procurador, deverá ser encaminhada cópia do instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida.
- **22.3.** Caberá a pregoeira, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois (2) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- **22.4.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- **22.5.** Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados a pregoeira, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, **exclusivamente por meio eletrônico** via internet, no endereço indicado no Edital.
- **22.6.** A pregoeira responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois (2) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 22.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
 21.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela pregoeira, nos autos do processo de licitação.
- **22.8.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- **23.1.** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- **23.2.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília DF.
- **23.3.** No julgamento das propostas e da habilitação, a pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- **23.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- **23.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

TAQUAR!

Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

- **23.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- **23.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- **23.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- **23.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- **23.10.** A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulála por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666/1993).
- **23.11.** Fica eleito o Foro da Comarca de Taquari para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.
- **23.12.** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no site do Município: www.taquari.rs.gov.br e/ou na Prefeitura Municipal de Taquari, Setor de Licitações, nos dias úteis, no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 16:30h.
- **23.13.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
 - 23.13.1.ANEXO I Termo de Referência;
 - 23.13.2.ANEXO II Formulário de Proposta Comercial;
 - **23.13.3. ANEXO III** Minuta de Contrato;
- **23.13.4.** Os anexos constantes nos subitens anteriores constituem parte integrante e inseparável do presente Edital.

Taquari, 01 de dezembro de 2022.

ADAIR ALBERTO OLIVEIRA DE SOUZA Secretário Municipal da Fazenda



Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2022

1. Objeto:

Contratação de pessoa jurídica apta a prestar serviços de desenvolvimento institucional com ensino, capacitação e treinamento de corpo técnico de profissionais da administração, análise de contingências passíveis de redução e de diagnóstico de contribuições nos temas de despesas de pessoal e encargos da administração municipal e repasses constitucionais.

2. Justificativa:

Haja vista a necessidade de se promoverem ações voltadas à melhoria dos gastos públicos, - com observância a princípios como da economicidade e eficiência da gestão administrativa (Art. 37, da CF/88), - indispensável seja promovida a capacitação profissional com desenvolvimento institucional, a fim de alcançar-se a redução de despesas com pessoal e contribuições, melhorando as práticas operacionais que propiciam economia de escala para a municipalidade ao longo de anos.

Outrossim, necessário seja promovido um diagnóstico anual (com observância ao período não compreendido pela prescrição qüinqüenal — ou seja, de 2018 até 2022), através de consultoria especializada, emissão de relatórios e propositura de processo administrativo afim de reaver eventuais valores pagos a maior pela Administração Pública a título despesas de pessoal e encargos, com observância às normas esculpidas na Lei n.º 8.666/93.

Oportuno colacionar, outrossim, que a contratação pretendida cinge-se - diferentemente dos serviços comuns praticados por empresas de mercado – às instituições de ensino e pesquisa, sobretudo entidades de apoio as universidades, que possuem professores e profissionais do mais alto gabarito, revestindo-se de características próprias presentes nas instituições, revelando a necessidade de treinamento do corpo técnico, transferência de *know-how* e apoio continuo aos servidores da Administração (além da recuperação dos importes praticados a maior em desfavor da municipalidade, conforme referido alhures). Note-se que os referidos profissionais constituem a melhor opção para os municípios na medida em que promovem uma transferência de expertise e garantem um acompanhamento continuo dos servidores da Administração, decorrendo daí a contratação pretendida.

3. Especificações e valor do objeto:

Item	Especificação	Unid.	Preço Médio
------	---------------	-------	-------------



01	Serviços especializados a serem prestados no desenvolvimento institucional com ensino, capacitação e treinamento do corpo técnico de profissionais da administração, análise de contingências passíveis de redução e diagnóstico de gestão de despesas em pessoal junto a Prefeitura Municipal de Taquari/RS.	Serv	R\$ 1.432.837,66	
----	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------	------------------	--

3.1. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS:

Entrega de relatórios com o diagnóstico das contingências passíveis de redução nas despesas de pessoal, com identificação e estratificação dos eventos, discriminados a seguir:

Item	Especificação	Unid.	Qtde.	Orçamento I	Orçamento II	Orçamento III	Preço Médio
01	Entrega de relatórios com o diagnóstico das contingências passíveis de redução nas despesas de pessoal – Ano 2018	Serv	1	R\$ 60.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 33.699,04	R\$ 47.899,68
02	Entrega de relatórios com o diagnóstico das contingências passíveis de redução nas despesas de pessoal – Ano 2019	Serv	1	R\$ 60.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 33.699,04	R\$ 47.899,68
03	Entrega de relatórios com o diagnóstico das contingências passíveis de redução nas despesas de pessoal – Ano 2020	Serv	1	R\$ 60.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 33.699,04	R\$ 47.899,68
04	Entrega de relatórios com o diagnóstico das contingências passíveis de redução nas despesas de pessoal – Ano 2021	Serv	1	R\$ 60.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 33.699,04	R\$ 47.899,68
05	Entrega de relatórios com o diagnóstico das contingências passíveis de redução nas despesas de pessoal – Ano 2022	Serv	1	R\$ 60.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 33.699,04	R\$ 47.899,68
Valor	Total				R\$ 239.498,40		

3.2. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS:

Entrega de relatórios com o diagnóstico das contingências passíveis de redução nos índices de acidente de trabalho e riscos ambientais do trabalho, com identificação e estratificação dos eventos,



discriminados a seguir:

Item	Especificação	Unid.	Qtde.	Orçamento I	Orçamento II	Orçamento III	Preço Médio
01	Entrega de relatórios com o diagnóstico das contingências passíveis de redução nos índices de acidente de trabalho e riscos ambientais do trabalho – Ano 2018	Serv	1	R\$ 60.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 32.819,19	R\$ 47.606,39
02	Entrega de relatórios com o diagnóstico das contingências passíveis de redução nos índices de acidente de trabalho e riscos ambientais do trabalho – Ano 2019	Serv	1	R\$ 60.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 32.819,19	R\$ 47.606,39
03	Entrega de relatórios com o diagnóstico das contingências passíveis de redução nos índices de acidente de trabalho e riscos ambientais do trabalho – Ano 2020	Serv	1	R\$ 60.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 32.819,19	R\$ 47.606,39
04	Entrega de relatórios com o diagnóstico das contingências passíveis de redução nos índices de acidente de trabalho e riscos ambientais do trabalho – Ano 2021	Serv	1	R\$ 60.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 32.819,19	R\$ 47.606,39
05	Entrega de relatórios com o diagnóstico das contingências passíveis de redução nos índices de acidente de trabalho e riscos ambientais do trabalho – Ano 2022	Serv	1	R\$ 60.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 32.819,19	R\$ 47.606,39
Valor	Total				R\$ 238.031,95		

3.3. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS:

Entrega de relatórios com o diagnóstico das contingências passíveis de redução no histórico das informações e recolhimentos sujeitos à Administração Tributária, discriminados a seguir:



Item	Especificação	Unid.	Qtde.	Orçamento I	Orçamento II	Orçamento III	Preço Médio
01	Entrega de relatórios com o diagnóstico das contingências passíveis de redução no histórico das informações e recolhimentos sujeitos à Administração Tributária – Ano 2018	Serv	1	R\$ 46.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 32.281,57	R\$ 42.760,52
02	Entrega de relatórios com o diagnóstico das contingências passíveis de redução no histórico das informações e recolhimentos sujeitos à Administração Tributária – Ano 2019	Serv	1	R\$ 46.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 32.281,57	R\$ 42.760,52
03	Entrega de relatórios com o diagnóstico das contingências passíveis de redução no histórico das informações e recolhimentos sujeitos à Administração Tributária – Ano 2020	Serv	1	R\$ 46.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 32.281,57	R\$ 42.760,52
04	Entrega de relatórios com o diagnóstico das contingências passíveis de redução no histórico das informações e recolhimentos sujeitos à Administração Tributária – Ano 2021	Serv	1	R\$ 46.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 32.281,57	R\$ 42.760,52
05	Entrega de relatórios com o diagnóstico das contingências passíveis de redução no histórico das informações e recolhimentos sujeitos à Administração Tributária – Ano 2022	Serv	1	R\$ 46.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 32.281,57	R\$ 42.760,52
Valor '	1			1			R\$ 213.802,60

3.4. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS:

Análise das contingências passíveis de redução fundadas endividamento total da Administração, com



identificação e estratificação dos eventos, discriminados a seguir:

Item	Especificação	Unid.	Qtde.	Orçamento I	Orçamento II	Orçamento III	Preço Médio
01	Entrega de relatório Análise das contingências passíveis de redução fundadas endividamento total da Administração — Ano 2018	Serv	1	R\$ 37.500,00	R\$ 40.000,00	R\$ 30.032,23	R\$ 35.844,07
02	Entrega de relatório Análise das contingências passíveis de redução fundadas endividamento total da Administração — Ano 2019	Serv	1	R\$ 37.500,00	R\$ 40.000,00	R\$ 30.032,23	R\$ 35.844,07
03	Entrega de relatório Análise das contingências passíveis de redução fundadas endividamento total da Administração – Ano 2020	Serv	1	R\$ 37.500,00	R\$ 40.000,00	R\$ 30.032,23	R\$ 35.844,07
04	Entrega de relatório Análise das contingências passíveis de redução fundadas endividamento total da Administração — Ano 2021	Serv	1	R\$ 37.500,00	R\$ 40.000,00	R\$ 30.032,23	R\$ 35.844,07
05	Entrega de relatório Análise das contingências passíveis de redução fundadas endividamento total da Administração — Ano 2022	Serv	1	R\$ 37.500,00	R\$ 40.000,00	R\$ 30.032,23	R\$ 35.844,07
Valor '	Total				R\$ 179.220,35		

3.5. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS:

Entrega de relatórios com o diagnóstico das contingências passíveis de redução nos repasses constitucionais, com identificação e estratificação dos eventos, discriminados a seguir:



Item	Especificação	Unid.	Qtde.	Orçamento I	Orçamento II	Orçamento III	Preço Médio
01	Entrega de relatórios com o diagnóstico das contingências passíveis de redução nos repasses constitucionais, com identificação e estratificação dos eventos – Ano 2018	Serv	1	R\$ 37.500,00	R\$ 40.000,00	R\$ 27.987,61	R\$ 35.162,53
02	Entrega de relatórios com o diagnóstico das contingências passíveis de redução nos repasses constitucionais, com identificação e estratificação dos eventos – Ano 2019	Serv	1	R\$ 37.500,00	R\$ 40.000,00	R\$ 27.987,61	R\$ 35.162,53
03	Entrega de relatórios com o diagnóstico das contingências passíveis de redução nos repasses constitucionais, com identificação e estratificação dos eventos – Ano 2020	Serv	1	R\$ 37.500,00	R\$ 40.000,00	R\$ 27.987,61	R\$ 35.162,53
04	Entrega de relatórios com o diagnóstico das contingências passíveis de redução nos repasses constitucionais, com identificação e estratificação dos eventos – Ano 2021	Serv	1	R\$ 37.500,00	R\$ 40.000,00	R\$ 27.987,61	R\$ 35.162,53
05	Entrega de relatórios com o diagnóstico das contingências passíveis de redução nos repasses constitucionais, com identificação e estratificação dos eventos – Ano 2022	Serv	1	R\$ 37.500,00	R\$ 40.000,00	R\$ 27.987,61	R\$ 35.162,53
Valor T	Γotal				R\$ 175.812,65		

3.6. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS:

Entrega de relatório de diagnóstico de desenvolvimento institucional com análise dos índices de comprometimento nos relatórios de execução orçamentária, discriminados a seguir:



Item	Especificação	Unid.	Qtde.	Orçamento I	Orçamento II	Orçamento III	Preço Médio
01	Entrega de relatório de diagnóstico de desenvolvimento institucional com análise dos índices de comprometimento nos relatórios de execução orçamentária – Ano 2018	Serv	1	R\$ 25.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 26.783,03	R\$ 30.594,34
02	Entrega de relatório de diagnóstico de desenvolvimento institucional com análise dos índices de comprometimento nos relatórios de execução orçamentária – Ano 2019	Serv	1	R\$ 25.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 26.783,03	R\$ 30.594,34
03	Entrega de relatório de diagnóstico de desenvolvimento institucional com análise dos índices de comprometimento nos relatórios de execução orçamentária – Ano 2020	Serv	1	R\$ 25.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 26.783,03	R\$ 30.594,34
04	Entrega de relatório de diagnóstico de desenvolvimento institucional com análise dos índices de comprometimento nos relatórios de execução orçamentária – Ano 2021	Serv	1	R\$ 25.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 26.783,03	R\$ 30.594,34
05	Entrega de relatório de diagnóstico de desenvolvimento institucional com análise dos índices de comprometimento nos relatórios de execução orçamentária – Ano	Serv	1	R\$ 25.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 26.783,03	R\$ 30.594,34



Estado do Rio Grande do Sul

	2022				
Valor	Γotal			R\$152.971, 70	

3.7. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS:

Acompanhamento gradual e contínuo do corpo técnico da Administração, com disponibilização de *help desk* para orientação e dúvidas, discriminados a seguir:

Item	Especificação	Unid.	Qtde.	Orçamento I	Orçamento II	Orçamento III	Preço Médio		
01	Entrega de relatórios de acompanhamento, treinamento e <i>help desk</i> .	Mês	12	R\$ 85.000,00	R\$ 84.000,00	R\$ 104.028,00	R\$ 91.009,33		
Valor 7	Valor Total								

3.8. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS:

Parametrização dos sistemas informatizados da Administração, com medidas de apoio e transferência de *know-how*:

Item	Especificação	Unid.	Qtde.	Orçamento I	Orçamento II	Orçamento III	Preço Médio		
01	Entrega de relatório sintético com diagnóstico e parametrização dos sistemas informatizados da Administração, com medidas de apoio e transferência de know-how.	Serv	1	R\$ 35.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 33.095,92	R\$ 36.031.97		
Valor 7	Valor Total								

3.9. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS:

Capacitação e treinamento com entrega de material didático, discriminados a seguir:

	Especificação	MÓDULO	HORAS	Orçamento I	Orçamento II	Orçamento III	Preço Médio	
--	---------------	--------	-------	----------------	-----------------	------------------	----------------	--



Estado do Rio Grande do Sul

Entrega de material sintético de capacitação quanto as noções de Direito	TRIBUTÁRIO	60	R\$ 25.000,00	R\$ 45.000,00	R\$ 36.868,01	R\$ 35.622,67
	PREVIDENCIÁ RIO	60	R\$ 25.000,00	R\$ 45.000,00	R\$ 36.868,01	R\$ 35.622,67
	FINANCEIRO	60	R\$ 25.000,00	R\$ 45.000,00	R\$ 36.868,01	R\$ 35.622,67
	SISTEMAS DE ESCRITURAÇ ÃO FISCAL E CONTABILID ADE PÚBLICA	60	R\$ 25.000,00	R\$ 45.000,00	R\$ 36.868,01	R\$ 35.622,67
Valor Total						R\$ 142.490,68

4. Demais Especificações dos Serviços:

4.1. DA FORMA:

Os serviços serão executados a partir do material fornecido pela Administração e obedecerão aos parâmetros mínimos de qualidade e desempenho que reproduzam *a) o método de estudo a ser utilizado; b) as expressões financeiras e orçamentárias utilizadas para os serviços descritos supra (item 3).*

Para efeito do disposto na letra "b" do item supra (4.1.1), deverão ser utilizadas as seguintes variáveis: = valor do indébito para um determinado evento da folha de pagamento, em uma dada competência; = evento da folha de pagamento, em uma dada competência; = índice de correção monetária dada competência; = número de competências abrangidas.

4.2. DAS ETAPAS:

Os serviços deverão ser entregues mediante relatórios, em etapas, respeitando-se os prazos discriminados a seguir:

- Para os estudos previstos nos subitens 3.1 a 3.6, a entrega deverá se dar em até 90 (noventa) dias, contados do recebimento da ordem de serviço, relativamente ao primeiro ano (2018); e em até 30 (trinta) dias para cada ano restante (2019 a 2022), a partir da entrega do primeiro relatório, e assim sucessivamente:
- Mensal, para a consultoria prevista no subitem 3.7, sendo a entrega do primeiro deles em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da ordem de serviço;
- Para as capacitações previstas no subitem 3.9, em ate 210 (duzentos e dez) dias;
- Relatório único, para os demais serviços, em até 180 (cento e oitenta) dias, a partir da ordem de serviço.

5. Da Proposta e do Preço:

5.1 A empresa deverá apresentar sua proposta financeira global, em preço fixo; e discriminada em etapas (observando-se as tabelas insertas no item 3); com a reprodução de todos os custos envolvidos, em obediência aos termos do subitem 4.2, e ainda fazendo constar os requisitos de qualidade e desempenho



Estado do Rio Grande do Sul

mínimo previstos no subitem 4.1.

5.2 De qualquer sorte, impede considerar que o valor máximo da proposta não poderá ultrapassar o percentual de 20% (vinte por cento) da vantagem econômica a ser obtida pela municipalidade a título de crédito recuperado, abarcado no período máximo retroativo de 05 (cinco) anos, atualizado na forma legal.

5.3 Forma de Pagamento

Os pagamentos serão efetuados de acordo com valores recuperados.

Os empenhos serão efetuados de acordo com as receitas reconhecidas de acordo com os relatórios entregue.

6. Dotação Orçamentária:

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração e Recursos

Unidade: 01 – Secretária da Administração

Projeto/Atividade: 2010 - Manutenção Serviços Expedido Pessoal Protocolo Assessoria

3390.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

7. Fiscal Anuente:

Giselda Terezinha Santos de Souza e Silvana Friedrich da Silva

André Luis Barcellos Brito
Prefeito Municipal, de Taquari/RS

Giselda Terezinha Santos de Souza
Fiscal Anuente

Silvana Friedrich da Silva
Fiscal Anuente



Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO II - FORMULÁRIO DE PROPOSTA COMERCIAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2022

A	empresa	•••••	•••••	,	CNPJ
n°		com sec	de a		
				, por seu representant	
				tação dos serviços objeto d	_
		co 050/2022, confor	1 1 1	5 5 J	

LOTE 1

Entrega de relatórios com o diagnóstico das contingências passíveis de redução nas despesas de pessoal, com identificação e estratificação dos eventos, discriminados a seguir:

Item	Especificação	Unid.	Qtde.	Valor (R\$)
01	Entrega de relatórios com o diagnóstico das contingências passíveis de redução nas despesas de pessoal – Ano 2018	Serv	1	
02	Entrega de relatórios com o diagnóstico das contingências passíveis de redução nas despesas de pessoal – Ano 2019	Serv	1	
03	Entrega de relatórios com o diagnóstico das contingências passíveis de redução nas despesas de pessoal – Ano 2020	Serv	1	
04	Entrega de relatórios com o diagnóstico das contingências passíveis de redução nas despesas de pessoal – Ano 2021	Serv	1	
05	Entrega de relatórios com o diagnóstico das contingências passíveis de redução nas despesas de pessoal – Ano 2022	Serv	1	
	TOTAL		R\$	

LOTE 2

Entrega de relatórios com o diagnóstico das contingências passíveis de redução nos índices de acidente de trabalho e riscos ambientais do trabalho, com identificação e estratificação dos eventos, discriminados a seguir:

Item	Especificação	Unid.	Qtde.	Valor (R\$)
01	Entrega de relatórios com o diagnóstico das contingências passíveis de redução nos índices de acidente de trabalho e riscos ambientais do trabalho – Ano 2018	Serv	1	
02	Entrega de relatórios com o diagnóstico das contingências passíveis de redução nos índices de acidente de trabalho e riscos ambientais do trabalho – Ano 2019	Serv	1	



Estado do Rio Grande do Sul

03	Entrega de relatórios com o diagnóstico das contingências passíveis de redução nos índices de acidente de trabalho e riscos ambientais do trabalho – Ano 2020	Serv	1	
04	Entrega de relatórios com o diagnóstico das contingências passíveis de redução nos índices de acidente de trabalho e riscos ambientais do trabalho – Ano 2021	Serv	1	
05	Entrega de relatórios com o diagnóstico das contingências passíveis de redução nos índices de acidente de trabalho e riscos ambientais do trabalho – Ano 2022	Serv	1	
	TOTAL		R\$	

LOTE 3

Entrega de relatórios com o diagnóstico das contingências passíveis de redução no histórico das informações e recolhimentos sujeitos à Administração Tributária, discriminados a seguir:

Item	Especificação	Unid.	Qtde.	Valor (R\$)
01	Entrega de relatórios com o diagnóstico das contingências passíveis de redução no histórico das informações e recolhimentos sujeitos à Administração Tributária – Ano 2018	Serv	1	
02	Entrega de relatórios com o diagnóstico das contingências passíveis de redução no histórico das informações e recolhimentos sujeitos à Administração Tributária – Ano 2019	Serv	1	
03	Entrega de relatórios com o diagnóstico das contingências passíveis de redução no histórico das informações e recolhimentos sujeitos à Administração Tributária – Ano 2020	Serv	1	
04	Entrega de relatórios com o diagnóstico das contingências passíveis de redução no histórico das informações e recolhimentos sujeitos à Administração Tributária – Ano 2021	Serv	1	
05	Entrega de relatórios com o diagnóstico das contingências passíveis de redução no histórico das informações e recolhimentos sujeitos à Administração Tributária – Ano 2022	Serv	1	
	TOTAL		R\$	

LOTE 4

Análise das contingências passíveis de redução fundadas endividamento total da Administração, com identificação e estratificação dos eventos, discriminados a seguir:

Item	Especificação	Unid.	Qtde.	Valor (R\$)
------	---------------	-------	-------	----------------



01	Entrega de relatório Análise das contingências passíveis de redução fundadas endividamento total da Administração – Ano 2018	Serv	1
02	Entrega de relatório Análise das contingências passíveis de redução fundadas endividamento total da Administração – Ano 2019	Serv	1
03	Entrega de relatório Análise das contingências passíveis de redução fundadas endividamento total da Administração – Ano 2020	Serv	1
04	Entrega de relatório Análise das contingências passíveis de redução fundadas endividamento total da Administração – Ano 2021	Serv	1
05	Entrega de relatório Análise das contingências passíveis de redução fundadas endividamento total da Administração – Ano 2022	Serv	1
	TOTAL		R\$

LOTE 5

Entrega de relatórios com o diagnóstico das contingências passíveis de redução nos repasses constitucionais, com identificação e estratificação dos eventos, discriminados a seguir:

Item	Especificação	Unid.	Qtde.	Valor (R\$)
01	Entrega de relatórios com o diagnóstico das contingências passíveis de redução nos repasses constitucionais, com identificação e estratificação dos eventos — Ano 2018	Serv	1	
02	Entrega de relatórios com o diagnóstico das contingências passíveis de redução nos repasses constitucionais, com identificação e estratificação dos eventos — Ano 2019	Serv	1	
03	Entrega de relatórios com o diagnóstico das contingências passíveis de redução nos repasses constitucionais, com identificação e estratificação dos eventos – Ano 2020	Serv	1	
04	Entrega de relatórios com o diagnóstico das contingências passíveis de redução nos repasses constitucionais, com identificação e estratificação dos eventos — Ano 2021	Serv	1	
05	Entrega de relatórios com o diagnóstico das contingências passíveis de redução nos repasses constitucionais, com identificação e estratificação dos eventos — Ano 2022	Serv	1	
	TOTAL		R\$	

LOTE 6

Entrega de relatório de diagnóstico de desenvolvimento institucional com análise dos índices de comprometimento nos relatórios de execução orçamentária, discriminados a seguir:

Item	Especificação	Unid.	Qtde.	Valor (R\$)
------	---------------	-------	-------	----------------



01	Entrega de relatório de diagnóstico de desenvolvimento institucional com análise dos índices de comprometimento nos relatórios de execução orçamentária – Ano 2018	Serv	1	
02	Entrega de relatório de diagnóstico de desenvolvimento institucional com análise dos índices de comprometimento nos relatórios de execução orçamentária – Ano 2019	Serv	1	
03	Entrega de relatório de diagnóstico de desenvolvimento institucional com análise dos índices de comprometimento nos relatórios de execução orçamentária – Ano 2020	Serv	1	
04	Entrega de relatório de diagnóstico de desenvolvimento institucional com análise dos índices de comprometimento nos relatórios de execução orçamentária – Ano 2021	Serv	1	
05	Entrega de relatório de diagnóstico de desenvolvimento institucional com análise dos índices de comprometimento nos relatórios de execução orçamentária – Ano 2022	Serv	1	
	TOTAL		R\$	

LOTE 7

Acompanhamento gradual e contínuo do corpo técnico da Administração, com disponibilização de help desk para orientação e dúvidas, discriminados a seguir:

Item	Especificação	Unid.	Qtde.	Valor (R\$)
01	Entrega de relatórios de acompanhamento, treinamento e <i>help desk</i> .	Mês	12	
TOTAL			R\$	

LOTE 8

Parametrização dos sistemas informatizados da Administração, com medidas de apoio e transferência de know-how:

Item	Especificação	Unid.	Qtde. Valor (R\$)				
01	Entrega de relatório sintético com diagnóstico e parametrização dos sistemas informatizados da Administração, com medidas de apoio e transferência de <i>know-how</i> .	Serv	1				
	TOTAL		R\$				

LOTE 9

Capacitação e treinamento com entrega de material didático, discriminados a seguir:



Estado do Rio Grande do Sul

Especificação	MÓDULO	HORAS	Valor (R\$)		
	TRIBUTÁRIO	60			
	PREVIDENCIÁRIO	60			
Entrega de material sintético de capacitação quanto as noções de Direito	FINANCEIRO	60			
	SISTEMAS DE ESCRITURAÇÃO FISCAL E CONTABILIDADE PÚBLICA	60			
TOTAL	R\$				

VALOR GLOBAL (soma dos totais dos lotes 1,2,3,4,5,6,7 e 8)

Especificação (engloba todos os itens descritos nos lotes)	Preço Global (R\$)
Serviços especializados a serem prestados no desenvolvimento institucional com ensino, capacitação e treinamento do corpo técnico de profissionais da administração, análise de contingências passíveis de redução e diagnóstico de gestão de despesas em pessoal junto a Prefeitura Municipal de Taquari/RS.	

Obs.:

- No preenchimento do formulário da proposta orçamentária deve haver a discriminação dos custos de todos os itens que compõem os lotes, bem como, o total de cada lote, mesmo que o julgamento seja pelo Valor Global.
- 2) O valor da redução em relação à proposta inicial deverá ser distribuído, pela licitante vencedora, de forma proporcional entre os itens que compõe o lote, <u>vedando-se o desconto desproporcional.</u>
- 3) Os preços ofertados são considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), fornecimento de mão de obra especializada, leis sociais e trabalhistas, administração, lucros, equipamentos e ferramentas, transporte de material e de pessoal, e qualquer outra despesa não especificada no Edital.

Dados Bancários: Banco:xxx – Ag.xxx – Conta:xxxxxx



Contato: Tel:/ e-mail:
Validade da Proposta: 60 dias.
Prazo e Condições de Execução: Conforme Edital.
Condições de Pagamento: Conforme Edital.
Taguari de

NOME COMPLETO E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA



Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2022

N..../2022

Pelo presente instrumento particular de contrato, **originário do Pregão Eletrônico nº 050/2022**, o **MUNICÍPIO DE TAQUARI**, entidade de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 88.067.780/0001-38, com sede à Rua Osvaldo Aranha, 1790, em Taquari, RS, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. André Luis Barcellos Brito, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 562.144.300-44, residente e domiciliado neste Município, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado, a empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, estabelecida à rua, na cidade de, neste ato representada por, inscrito no CPF sob o nº, residente e domiciliado em, neste ato denominado CONTRATADA, declaram terem justo e contratado entre si, mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

I - DO OBJETO:

I.1. Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa para prestação de serviçosespecializados a serem prestados no desenvolvimento institucional com ensino, capacitação e treinamento de profissionais da administração, análise de contingência passíveis de redução e diagnóstico de contribuições nos temas de despesa de pessoal e encargos da administração municipal e repasses constitucionais do município de Taquari/RS, nos termos e condições definidos no Termo de Referência, Anexo I do edital, que passa a fazer parte integrante do presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA

II – DOS SERVIÇOS:

II.1. Dos Serviços:

II.1.1. O proponente terá a responsabilidade de executar os serviços necessários no sentido de promover a redução de despesa de pessoal e contribuições, melhorando as práticas operacionais que propiciam economia de escala para a municipalidade ao longo dos anos, cumprindo as determinações do Termo de Referência, anexo I, do edital, principalmente no que se refere a detalhamento, forma e etapas dos serviços (que deverão ser entregues mediante relatórios).

II.2.Demais Disposições:

- **II.2.1.** Toda estrutura, materiais, equipamentos e profissionais devidamente capacacitados e habilitados utilizados na prestação dos serviços descritos no Termo de Referência, anexo I, do edital, serão disponibilizados pela empresa Contratada;
- **II.2.2.** Os profissionais deverão apresentar-se no local de trabalho devidamente identificados com crachás da empresa contratada;
- **II.2.3.** A CONTRATADA deverá responsabilizar-se em ressarcir quaisquer danos ou prejuízos que os mesmos, por culpa ou dolo, vierem a causar;
- II.2.4. A CONTRATADA fica ciente de que, a qualquer tempo, poderá ser solicitada a substituição

The state of the s

Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

dos materiais, equipamentos ou profissionais, no caso do desempenho não corresponder aos serviços contratados pelo Município.

CLÁUSULA TERCEIRA

III – DA VIGÊNCIA:

III.1. O presente contrato entrará em vigor na data de sua assinatura, pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser renovado, a critério da Administração, nos termos do artigo 57, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA

IV – DAS CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

- **IV.1.** Em até cinco dias após a assinatura do contrato a Contratada deverá apresentar ao fiscal anuente cópia dos Registros dos Funcionários que prestarão os serviços (ficha ou livro) e a cópia da CTPS dos mesmos e/ou contrato de prestação de serviços por prazo.
- **IV.2.** A empresa Contratada deverá fornecer e será responsável por todos os equipamentos necessários a correta realização dos serviços, devendo estar todos de acordo com as normas da ABNT e com as legislações vigentes;
- **IV.3.** Todo equipamento que for utilizado nos serviços deverá estar em boas condições, ou seja, não apresentando condições de insegurança para os usuários e para terceiros;
- **IV.4.** As despesas referentes à aquisição, fornecimento de máquinas e equipamentos que se fizerem necessários para o desempenho da atividade objeto ora licitado, correrão às expensas da empresa contratada.
- **IV.5.** Todos os serviços prestados pela contratada, bem como os relatórios e conclusões apresentados devem cumprir os padrões estabelecidos em normas da ABNT e cumprir as legislações vigentes;
- **IV.6.** A contratada deverá alocar todo o pessoal necessário e capacitado para a execução dos serviços, ficando sob sua exclusiva responsabilidade a prática das normas de segurança do trabalho;
- IV.7. O presente contrato não criará qualquer vínculo empregatício entre a CONTRATANTE e a empresa CONTRATADA e seus funcionários.

CLÁUSULA OUINTA

V.1. Constituem obrigações da CONTRATADA:

- **V.1.1.** Prestar os serviços, com pessoal próprio, utilizando profissionais especializados e em número suficiente para o fiel cumprimento do contrato e em estrita observância ao disposto no Termo de Referência, Anexo I;
- **V.1.2.** Responsabilizar-se, independente dos motivos de falta de seus empregados, pela execução de todos os serviços especificados;
- **V.1.3.** Fornecer, para atestado da realização do objeto contratado, relatórios eletrônicos e/ou escritos, que serão entregues na forma e meio acordados ao Fiscal Anuente do contrato;
- **V.1.4.** Responder por qualquer acidente de que possam ser autores ou vítimas seus empregados, bem como terceiros;



Estado do Rio Grande do Sul

- **V.1.5.** Responder pelos danos, dolosos ou culposos, causados pelos seus empregados aos bens da Prefeitura Municipal de Taquari ou de terceiros;
- V.1.6. Substituir o prestador de serviço alocado, mediante solicitação justificada do município;
- **V.1.7.** Informar para a Secretaria Municipal da Saúde e Meio Ambiente a ocorrência de qualquer fato ou condições que possam atrasar ou impedir a conclusão dos serviços, no todo ou em parte, de acordo com os prazos estabelecidos, indicando as respectivas medidas para corrigir a situação;
- **V.1.8.** A empresa contratada fica proibida de criar ônus, seja por taxas, serviços ou encargos não previstos na legislação e não autorizados expressamente pelo contratante;
- **V.1.9** Manter em dia o pagamento do salário do pessoal alocado aos serviços, bem como dos respectivos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal, sendo esses de sua inteira responsabilidade;
- **V.1.10.** Manter durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, todas as condições da habilitação e qualificação apresentadas para contratação.

V.2 - Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- **V.2.1.** Efetuar o pagamento ajustado;
- **V.2.2.** Permitir à Contratada pleno acesso ao local de trabalho, bem como todas as condições necessárias para a execução do serviço no local contratado;
- **V.2.3.** Determinar, através do fiscal anuente do contrato, todas as condições para a execução do presente contrato.

CLÁUSULA SEXTA

VI - DA FISCALIZAÇÃO:

- **VI.1.** A gestão do contrato ficará sob a responsabilidade das Secretaria da Administração e Recursos Humanos e Secretaria da Fazenda, que em conformidade com o art. 67, da Lei 8.666/93, designam, respectivamente, as servidoras Silvana Friedrich da Silva e Giselda Terezinha Santos de Souza, como responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do mesmo.
- **VI.2.** Caberá ao fiscalizador do contrato, proceder às anotações das ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou impropriedades observadas.
- **VI.3.** A fiscalização é exercida no interesse do Município, não exclui ou reduz a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer irregularidade, inclusive perante terceiros e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Município de Taquari ou de seus agentes e prepostos.
- **VI.4.** Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto contratado, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem quaisquer ônus adicionais para o Município de Taquari.
- **VI.5.** O Município de Taquari se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as especificações e condições estabelecidas neste instrumento.

Estado do Rio Grande do Sul

CLÁUSULA SÉTIMA

VII - DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

- VII.2. O pagamento seguirá o determinado no Termo de Referência e será efetuado **de acordo com os valores recuperados**, mediante aprovação e liberação pelo fiscal-anuente do contrato, por intermédio da Tesouraria e será efetuado mediante a apresentação da nota fiscal/fatura e dos documentos exigidos no **item VII.3**, desta Minuta de Contrato.
 - VII.2.1. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do empenho, do contrato e do processo de origem, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.
- VII.3. Para a liberação do pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar:
 - VII.3.1. A nota fiscal dos serviços, visada pelo fiscal anuente do contrato;
 - **VII.3.2.** Comprovação de recolhimento do FGTS e RE (relação de empregados), guia de recolhimento da Previdência Social e cópia da Folha de pagamento.
- **VII.4.** Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA, ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA OITAVA

VIII – DO REAJUSTE:

VIII.1. O preço ajustado pela prestação dos serviços ora contratados não sofrerá alteração.

CLÁUSULA NONA

IX – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

IX.1. As despesas decorrentes do objeto do presente edital correrão por conta da seguinte dotação:

Órgão: 3 – Secretaria Municipal da Administração e Recursos Humanos;

Proj./Atividade: 2010 – Manutenção dos Serviços Expedido Pessoal Protocolo

Assessoria;

Rubrica: 3.3.9.0.39.05.00.00 – Serviços Técnicos Profissionais;

Recurso: 1 – Recurso Livre;

Reduzida: 152 – Manutenção dos Serviços Expedido Pessoal Protocolo

Accessoria

CLÁUSULA DÉCIMA

X- DA RETENÇÃO DO INSS:

X.1. Estará sujeito a retenção do INSS, conforme legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

XI - DAS PENALIDADES:

XI.1. DA CONTRATADA:

XI.1.1. Advertência por escrito sempre que verificadas irregularidades, para as quais a **CONTRATADA** tenha concorrido. A advertência será aplicada independente de outras sanções cabíveis, quando houver afastamento das condições contratuais ou especificações estabelecidas.

XI.1.2. As penalidades serão aplicadas:

Estado do Rio Grande do Sul

Quando houver atraso por culpa da contratada;

Quando parar injustificadamente os serviços;

Quando houver descumprimento das cláusulas contratuais.

- XI.1.3. Sem prejuízo de outras cominações, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes multas:
- a) multa de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, limitado esta a 10 (dez) dias, após o qual será considerada inexecução contratual;
- b) multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato;
- c) multa de 10 % (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato.

Observação:

As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

- **XI.1.4.** Suspensão do direito de licitar, num prazo de até 02 (dois) anos, dependendo da gravidade ou falta;
- XI.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, dependendo da gravidade ou falta;
- XI.1.6. Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei;
- **XI.1.7.** As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, a critério do **CONTRATANTE**, admitida sua reiteração;
- **XI. 1.8.** Quando a **CONTRATADA** motivar rescisão contratual, será responsável pelas perdas e danos decorrentes para o **CONTRATANTE**.

XI. 2 - DAS PENALIDADES DO CONTRATANTE:

XI. 2.1. No caso de atraso imotivado do pagamento do valor ajustado, o **CONTRATANTE** pagará o valor atualizado financeiramente, de acordo com o índice do IGPM.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

XII - DA RESCISÃO E ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

- **XII.1.** O presente Contrato pode ser rescindido nas hipóteses descritas no art. 78 da Lei 8.666, de 1993, observados os procedimentos estabelecidos no art. 79 da mesma Lei.
- **XII.2.** A CONTRATANTE reconhece os direitos da CONTRATADA, na condição de Gestor Público, em caso de rescisão administrativa, conforme previsto na Lei 8.666, de 1993.
- **XII.3.** O presente Contrato pode ser alterado na forma estabelecida nos incisos I e II, do art. 65, da Lei Federal 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Da vinculação:

XIII.1. Edital de Pregão Eletrônico nº 050/2022, processado nos termos da Lei Federal nº 20.520/2002, Decreto Federal nº 10.024/2019 e Decreto Municipal nº 1.916/2005, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e, na Lei Complementar 123/2006.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

XIV - DO FORO:

XIV.1. As partes elegem o foro de Taquari, RS, para dirimir as questões porventura derivadas do



presente contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

		contratados,				quatro	vias	de	igual	teor	e :	forma,	na
presença das testemunhas instrumentais abaixo assinadas.													

Taquari, de de 2022,.

CONTRATANTE

CONTRATADA

FISCAL-ANUENTE

TESTEMUNHAS: